

# Sumário

Nota do Autor à 2ª Edição .....	1
Apresentação da Primeira Edição .....	3
Prefácio .....	7
Introdução .....	11
<b>1 Acesso à Justiça Criminal e Diálogo .....</b>	<b>15</b>
1.1 Acesso à Justiça Criminal e os novos espaços de consenso no processo penal .....	24
1.2 Conflito Penal e Judicialização .....	26
1.3 Historicidade do Acesso à Justiça Criminal .....	31
1.4 Diálogo .....	37
1.5 Justiça Restaurativa .....	41
1.6 Modelo Dialógico de Acesso à Justiça e de Administração de Conflitos Criminais .....	46
<b>2 Consenso no Processo Criminal .....</b>	<b>53</b>
2.1 Meios Alternativos de Solução de Conflitos .....	56
2.1.1 Mediação .....	59
2.1.2 Conciliação .....	60
2.1.3 Negociação .....	61
2.1.4 Arbitragem .....	65
2.2 O Consenso em Matéria Criminal em Portugal .....	67
2.3 O Consenso em Matéria Criminal na América do Sul .....	72

2.4	Mediação Pedagógica e Justiça Criminal.....	77
2.4.1	Processos circulares e violência escolar.....	80
2.5	Justiça restaurativa e Paz no Lar.....	84
<b>3</b>	<b>Consenso como Mecanismo de Proteção Eficiente da Vítima e Reaproximação da Justiça Material.....</b>	<b>87</b>
3.1	Teoria de Ação de Direito Material no Processo Penal e a Proteção Eficiente da Vítima .....	87
3.2	Processo Penal e a Instrumentalidade Constitucional.....	89
3.3	Jurisdição Penal .....	93
3.4	Teorias da Ação.....	94
3.5	Teoria geral do Processo e Categorias próprias do Processo Penal.....	97
3.6	Condições da Ação no Processo Penal.....	99
3.7	Relação Jurídica .....	101
3.8	Relação Jurídica de Direito Material .....	101
3.9	Relação Jurídica Processual .....	101
3.10	Tutela Jurisdicional .....	102
3.11	Direito Subjetivo .....	104
3.12	Da Pretensão.....	107
3.13	Teoria Circular dos Planos no Processo Penal .....	108
3.14	Teoria da Ação de Direito Material .....	111
3.15	Significado Prático da Teoria da Ação de Direito Material.....	113
3.16	A não Revitimização do Processo Penal pela Compreensão da Ação de Direito Material (Penal) .....	115

3.17 O Consenso Criminal como Concretização da Ação de Direito Material.....	117
<b>4 Núcleos Especiais Criminais – NECRIMS como Mecanismo de Acesso à Justiça Criminal .....</b>	<b>123</b>
4.1 Origem dos Núcleos Especias Criminais .....	123
4.2 Consenso no Processo Penal e a atuação do Estado.....	128
4.3 Conciliação Incidental em Crimes de Ação Penal Pública Incondicionada .....	132
4.4 O Resgate da Paz Social pelo Diálogo .....	137
4.5 Legitimidade da Atuação do Delegado de Polícia Conciliador .....	140
4.6 Controle da Criminalidade pelo Diálogo .....	147
4.7 O Delegado de Polícia Resolutivo no Processo Penal e na Legislação Especial .....	148
4.8 A Função Política do Delegado de Polícia Resolutivo.....	150
4.9 Núcleos Especiais Criminais Itinerantes como mecanismo de Inclusão Social.....	151
4.10 Mediação de Conflitos Coletivos como Mecanismo de Paz Social e de Investigação Antecipada (Preventiva) de Crimes. Atuação Persecutória Preventiva como Meio Eficiente de Produção Probatória .....	154
4.11 Âmbito de atuação dos Núcleos Especiais Criminais.....	163
4.12 Núcleos de Conciliação e a Eficiente Persecução Criminal.....	168

4.13 Núcleos Especiais Criminais pela Análise Econômica do Direito Penal.....	174
4.14 Experiências e Primeiros Resultados dos Núcleos Especiais Criminais no Brasil .....	177
4.15 Estruturação do NECRIM no Estado de São Paulo .....	178
<b>Conclusões</b> .....	181
<b>Referências</b> .....	185
<b>Anexos</b> .....	201
Anexo I .....	203
Anexo II .....	209